

Atos Oficiais

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
TRANSCRIÇÃO INTEGRAL

Audiência Pública para a apreciação do projeto de construção de empreendimento logístico comercial contendo 2 galpões pela Empresa REC Ribeirão Pires S.A. realizada em 10/07/2023 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Ribeirão Pires.

Às dezessete horas (17h00) tem-se o Início da Audiência Pública.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Peço que se inscrevam por favor lá na frente, tá ok?, eu estou fazendo a primeira chamada, às cinco e trinta (17h30) será a segunda chamada, para aqueles que querem fazer perguntas escritas e perguntas pessoais tá, aos componentes da mesa. ok? Então está feita a primeira chamada da audiência pública do dia de hoje, tá? Com a empresa REC, tá, sobre projetos de construção de empreendimento logístico comercial. Olá, uma boa tarde a todos, peço a todos os presentes que queira fazer perguntas pessoais, perguntas por escrito, que se inscreva à frente da Câmara, para fazer as suas inscrições sobre o projeto de construção do empreendimento logístico comercial da Rec Ribeirão Pires. Muito obrigado! Peço também que tem um cafezinho lá na frente, tá, está disponível às pessoas que quiserem. Está feito a primeira chamada da audiência pública do dia de hoje, dia 10 de julho de 2023. Peço a todos os presentes que assinem a lista de presença lá na frente, tá, pra que a gente possa, após o término da audiência pública, estar constando em ata todos os presentes. Muito obrigado!

Boa tarde a todos, são exatamente 17h30, peço aqueles que não fizeram a sua inscrição para fala ou fizeram por escrito, que faça, porque cinco e quarenta (17h40) daremos início à Audiência Pública, tá ok? Então está realizada a 2ª chamada do dia de hoje, dia 10 do 07 de 2023, Audiência Pública do projeto de construção de empreendimento logístico comercial da empresa Rec GLP. Está realizada a 2ª chamada. Gostaria de enaltecer a presença de algumas autoridades que estão presentes: Rangel Ferreira, Secretário de assuntos jurídicos; Andreza Araújo, Secretária de meio ambiente, habitação e desenvolvimento urbano; Marli Silva Pereira, Secretária de desenvolvimento econômico, emprego e renda; Thiago Reis, Secretário regional de Ouro Fino; Márcia Coletivo de Mulheres, Vereadora; Fernando Godoy, Cartório de registro de imóveis de Ribeirão Pires; Nilton Costa, Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Ribeirão Pires, OAB. Muito obrigado pela presença de todos.

Gostaria de agradecer a presença também dos conselheiros do Comdema presentes, Sr. Odimauro Mendes Caspairo, Airton Silva Massari, José Roberto Kuki, Valderéz Coimbra, Juscelino Rodrigues de Oliveira. Muito obrigado pela presença de vocês. Gostaria de pedir a todos os presentes que viesse para dentro do recinto, da Câmara Municipal, para a gente dar início à formação da mesa e início à Audiência Pública no dia 10 do 07 de 2023, Audiência Pública referida ao projeto de construção de empreendimento logístico e comercial da empresa Rec e GLP. Gostaria de chamar, em primeiro momento, para formar a mesa, representante do jurídico do Poder Público, Dra. Bianca Mucci, favor; Gostaria de chamar também Alvaro Vieira Vasconcelos, representante da Câmara Técnica de avaliação do EIV; Gostaria de chamar também o Dr. Nilton Costa, presidente interino da OAB de Ribeirão Pires; Gostaria de chamar também o Sr. Cleber Saccoman, diretor de engenharia responsável técnico da empresa Rec GLP. Gostaria de chamar também o Sr. João Roberto Rodrigues, da empresa Rec; Gostaria de chamar também a Sra. Daniele Bonadi, da empresa GLP, por favor; Chamar também o Sr. Diego Carneiro, da empresa Rec.

Gostaria de informar que recebemos o referido pedido de suspensão de referência da audiência pública, do movimento MDV e também da Apeoesp, aonde o nosso jurídico respondeu a seguinte questão: Os procedimentos legais necessários para viabilização consta da respectiva regularização e foram devidamente observados. A audiência pública foi dada a publicidade exigida, logo fica indeferido o pedido. A publicidade e legalidade que norteiam a administração

pública, logo fica indeferido o pedido. Pediram também para que esse pedido seja levado ao conselho de habitação e ao conselho do Comdema. Gostaria de pedir que todos se levantassem para o hino nacional, por favor.

HINO NACIONAL e HINO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Muito obrigado, podem se sentar.

Peço à senhora Juliana, que é a nossa secretária-geral da Comissão Organizadora da Audiência Pública, que leia para nós o regulamento para a realização da audiência pública. Juliana, por favor.

Senhora Juliana Nogueira – Integrante da Comissão Organizadora

Boa noite. Regulamento para a realização de audiência pública.

Regulamento para a realização da audiência pública para apreciação do projeto de construção de empreendimento logístico comercial contendo dois galpões pela empresa Rec Ribeirão Pires S.A.

Capítulo 1. Disposições preliminares.

Artigo 1º. Será realizada a audiência pública por iniciativa do Poder Público para apreciação do projeto proposto e seus estudos ambientais, de acordo com o artigo nº 172 e seus incisos, artigo nº 184, parágrafo 2º, e a seção 2 do Plano Diretor Municipal, Lei nº 5.907, de 2014, no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada a Rua João Domingues de Oliveira, nº 12, centro de Ribeirão Pires, São Paulo, no dia 10 de julho de 2023, com duração limite de duas horas.

Artigo 2º. A audiência terá a primeira chamada às 17h e se iniciará com a segunda chamada, impreterivelmente às 17h30, com qualquer número de presentes.

Artigo 3º. A audiência terá duração máxima de duas horas, devendo se encerrar no teto das 19h30. Se necessário, e a critério da mesa, poderá haver a prorrogação até as 20h.

Parágrafo único. A sessão terá acesso livre a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação respeitados os limites impostos pelas instalações físicas do local.

Capítulo 2º. Da condução da audiência.

Artigo 4º. A referida audiência pública será aberta a toda a sociedade e será presidida, nos termos desse regulamento, pela secretária do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, ou por seu preposto previamente indicado, que fará a abertura e a composição da mesa.

Etapas 1. A mesa será composta por um representante do Poder Público, secretário do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, ou seu preposto, um representante do Poder Público, Procurador da Secretaria de Assuntos Jurídicos, um a quatro representantes da empresa responsável pelo empreendimento, um representante da Câmara Técnica de Avaliação do EIV.

Parágrafo 1º. Os presentes à audiência pública deverão assinar a lista de presença, constando nome completo, número do documento de identidade, telefone, e-mail e instituição que representa.

Parágrafo 2º. Todos os documentos apresentados à mesa serão recebidos e juntados ao processo administrativo 2755/2020, devendo ser citados no decorrer da audiência pública.

Parágrafo 3º. A audiência pública terá início com o pronunciamento do coordenador da mesa acerca dos objetivos da mesma e da sequência dos trabalhos a serem desenvolvidos, informando aos participantes sobre os procedimentos constantes deste regulamento a serem observados durante a sessão.

Etapas 2. Apresentação dos estudos.

Parágrafo 4º. O representante da empresa deverá realizar a apresentação do projeto e respectivos estudos ambientais relacionados para a ciência de todos os presentes e posterior abertura para sugestões e esclarecimentos.

Capítulo 3º. Dos objetivos.

Artigo 5º. Proporcionar amplo debate acerca do projeto proposto.

Artigo 6º. Prestar os esclarecimentos à população e permitir a manifestação dos interessados.

Artigo 7º. Os posicionamentos dos presentes serão avaliados pelo poder público municipal levando em consideração a pertinência e o escopo específico da audiência pública na forma do artigo 197 do plano diretor municipal.

Parágrafo único. Posicionamentos não relacionados ao escopo específico da audiência pública da avaliação dos dados e medidas do EIV não serão considerados pelo poder público municipal.

Capítulo 4º. Dos expositores e da participação popular.

Artigo 8º. A audiência pública contará com a explanação acerca do projeto proposto.

Parágrafo 1º. Está previsto 30 minutos para a explanação do projeto pelo representante da empresa.

Parágrafo 2º. É facultado ao coordenador da mesa estender o tempo previsto caso haja necessidade de complementação de informações que sejam relevantes para a audiência.

Parágrafo 3º. Após a explanação, serão abertos até 3 minutos para manifestações de autoridades públicas presentes e também para acolhimento das inscrições para a fala.

Parágrafo 4º. Ao término das manifestações referidas no parágrafo 3º, o coordenador da mesa abrirá espaço de 3 minutos para explanação de qualquer participante da população presente desde que devidamente inscrito.

Parágrafo 5º. Haverá 2 minutos previstos para réplicas e 1 minuto previsto para tréplicas.

Capítulo 5º. Da forma de participação popular.

Artigo 9º. A participação dos interessados observará os seguintes procedimentos.

Parágrafo 1º. É assegurado ao participante o direito de manifestação oral ou por escrito referente ao tema objeto da audiência.

Parágrafo 2º. As manifestações orais observarão a ordem sequencial do registro das inscrições de fala, devendo ser informado o nome completo do participante e instituição que representa.

Parágrafo 3º. O tempo para manifestação oral referente ao tema objeto da audiência será de no máximo 3 minutos.

Parágrafo 4º. Não serão permitidas a partes ou manifestações extemporâneas de qualquer natureza.

Parágrafo 5º. Poderão ser realizadas manifestações por escritos acerca do tema em pauta a partir do preenchimento do formulário próprio distribuído aos presentes no momento da assinatura da lista de presença e os formulários serão recolhidos para leitura pelo coordenador da mesa.

Parágrafo 6º. As manifestações escritas serão limitadas ao máximo de 10 não podendo ser apresentada pelo mesmo participante que se manifestou oralmente e, se necessário, serão verbalizadas pelo coordenador.

Parágrafo 7º. As demais manifestações formuladas pelos participantes serão repassadas à empresa para respostas e esclarecimentos via e-mail posteriormente ao momento da audiência.

Parágrafo 8º. Os esclarecimentos e/ou respostas deverão ter a duração máxima de 3 minutos, tempo eventualmente prorrogável a critério da presidente, por técnico da empresa ou representante, por técnico da prefeitura ou representante da empresa.

Parágrafo 9º. O participante terá direito à réplica com prazo de 2 minutos, desde que o questionamento ou observação seja pertinente ao assunto exposto.

Parágrafo 10º. O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar ou transferir para outro.

Parágrafo 11º. Situações não previstas no procedimento da audiência pública serão resolvidas pela mesa da audiência pública em decisão irrecurável.

Capítulo 6º. Da disponibilização dos documentos.

Artigo 10º. A ata e todos os documentos produzidos na audiência pública serão anexados ao processo administrativo número 2755/2020, estando disponíveis no site da prefeitura a todos os interessados para futuras consultas.

Capítulo 7º. Das exposições finais.

Artigo 11º. Após o acontecimento da audiência pública, será lavrada a correspondente ata técnica contendo a íntegra dos debates com base na gravação do evento e será subscrita pela presidente da mesa, passando a ser parte integrante do processo administrativo correspondente, juntamente aos demais documentos pertinentes.

Parágrafo 1º. A audiência pública será gravada por meios eletrônicos, assegurando-se aos interessados o direito à obtenção de uma cópia do que foi gravado.

Parágrafo 2º. O encerramento será realizado pelo coordenador da mesa.

Obrigada.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Bom, só queria registrar aqui, tá? A audiência pública está sendo realizada pela Secretaria do Meio Ambiente, Habitação e Desenvolvimento Urbano, onde foi criada a comissão de organização da audiência pública, composta pela doutora Bianca Rosa Mesquita Mussi, Gerson dos Santos Goulart, Iuna Gabriela Silva, João Paulo Marigo Cerezoli, Juliana Nogueira Westerich Cerezoli.

Peço agora que o senhor Cleber Saccoman, diretor de engenharia responsável técnico e legal da empresa, comece sua apresentação referente ao projeto, tá, referente ao projeto de construção de empreendimento logístico comercial. Tudo bem? O senhor pode ficar aí mesmo, tá bom? Fique à vontade. Ou, se preferir, o púlpito também pode ser usado.

Senhor Cleber Saccoman – Representante REC

Boa noite a todos. Bom, eu vou, em benefício do tempo, ser bem rápido na apresentação da empresa e, na sequência, vou passar a palavra para o nosso consultor técnico, o senhor João Rodrigues. A GLP é uma empresa... Deixa eu ver se esse daqui é o... Só um minutinho, só para ver qual é o... Bom, desculpem aí, problemas técnicos. Bom, sobre a GLP. A GLP é uma empresa líder mundial em desenvolvimento logístico e operadora de galpões, data center, energias renováveis. Atuamos em 17 países, na Ásia, Europa e Américas. Atualmente temos mais ou menos 83 milhões de metros quadrados em centros logísticos desenvolvidos nesses países. São mais ou menos 3 mil propriedades e mais ou menos 2.500 clientes ao redor do mundo. Estamos 100% comprometidos com as práticas ambientais. Hoje em dia, social, ambiental e governança, o ESD. Então, todas as ações, construir aí os negócios com responsabilidade, desenvolvimento sustentável, melhoria de eficiência, governar com ética e promover sempre o bem-estar. Estamos sempre respeitando as comunidades que nós operamos. Sempre os nossos produtos são desenvolvidos com eficiência, seja eficiência em iluminação natural, reuso de água, utilização de lâmpadas em LED com eficiência energética, todos os nossos equipamentos sanitários também têm eficiência para redução de consumo. Todos os materiais, a grande maioria com absorção térmica para garantir uma maior eficiência na utilização do operário. E todas as nossas coberturas, os nossos projetos são preparados para recebimento de energia solar.

Aqui um pouco das informações da GLP, os nossos números, iniciamos a operação no Brasil em 2012. Nesses dez anos, temos cinco milhões de metros quadrados. Desses cinco milhões de metros quadrados, são três milhões e meio, mais ou menos, hoje prontos em operação. Desses três milhões e meio construídos, temos dois milhões diretos feitos pela GLP. Os outros um milhão e meio foram adquiridos através de compras de plataformas. E temos um milhão e meio, aproximadamente, previstos aí no pipeline para construção nos próximos três anos.

Aqui são informações, hoje no Brasil, 82 instalações logísticas, 94 clientes e 30 mil empregos que nós geramos nesses dez anos. Aqui os números em São Paulo. São 16 mil empregos gerados nesses últimos dez anos. Estamos esperando gerar mais ou menos oito mil empregos nos próximos três anos.

Rapidamente, eu vou passar o que é um centro logístico. O centro logístico é composto por galpões, né, dois ou mais galpões no único ambiente, no único site. Composto também por instalações administrativas, vestiários, estacionamento, enfim, toda infraestrutura para uma operação logística. Aqui tem uma foto que mostra um pouquinho,

reservatório, cabine de energia, depósito de resíduos. Todos os nossos projetos têm estação de tratamento de esgoto. Então aqui mostra uma figura para dar uma visão do que é um centro logístico. No próximo slide, tem uma foto do nosso projeto em São Bernardo do Campo, GLP Imigrantes, que, de certa forma, é parecido com o que nós vamos construir aqui, numa região também de manancial. Nesse caso, são quatro galpões. Aqui serão dois. Mas vocês podem ver aqui os galpões logísticos, as áreas administrativas, estacionamento. Basicamente, esse é um exemplo de um centro logístico. E é isso. Aqui nós temos informações de captação de água, preservação de toda a área ambiental dos nossos parques. Eu, com isso, encerro a apresentação e passo a palavra para o nosso consultor, João Rodrigues.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Boa noite a todos. As autoridades presentes aqui na mesa. Eu vou fazer uma breve apresentação do empreendimento que está previsto aqui em Ribeirão Pires e dos impactos que foram identificados e as soluções que estão estudadas. Então, aqui eu tenho uma linha do tempo desse empreendimento, que foi iniciado em março de 2020, com a aquisição do imóvel, desenvolvimento de projeto ali na etapa 2, o protocolo na Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires do projeto do empreendimento, em julho de 2020, o procedimento na CETESB para aprovação do empreendimento com base na legislação que rege o licenciamento ambiental estadual, onde foi solicitada a licença prévia em 11 de novembro de 2020. Essa licença foi emitida um ano depois, em novembro de 2021, e nós já estamos com o protocolo de licença de instalação na CETESB, aguardando a manifestação da Prefeitura de Ribeirão Pires para completar a documentação e o processo ser analisado.

Esse empreendimento foi licenciado com o relatório ambiental preliminar, que é praticamente um estudo de impacto ambiental, um EIA/RIMA, que está regulamentado na legislação estadual. Então, nós estamos agora nessa etapa, na etapa 5, aguardando a aprovação da Prefeitura, do estudo de impacto de vizinhança em atendimento à legislação municipal. E aí nós vamos para a fase de obras, saindo a licença de instalação da CETESB e, por fim, a licença de operação. Qual que avança aqui, por favor? É o esc, tá, não o esc eu saí do... Eu acho que eu saí do modo apresentação aqui. Voltou. Desculpe a minha falha.

Aqui nós temos a localização do imóvel onde vai ser implantado o centro logístico. Nós temos uma divisa ali entre os municípios de Mauá e Ribeirão Pires, depois, no próximo slide, isso vai ser mais claro. O Rodoanel, a ferrovia ali em cima, aquela linha escura, no canto superior direito, e a rodovia que dá acesso aqui a Mauá, ali margeando a gleba. A gente verifica que é uma área que está confinada, ela está segmentada por rodovias e pela ferrovia. Ali no canto esquerdo, nós temos aquela parte mais clara, é o aterro sanitário de Mauá, e aqui embaixo, o reservatório Billings. A origem desse imóvel, ele vem de um desdobramento compulsório que foi feito com a implantação do Rodoanel, que originalmente isso era uma fazenda, e ele acabou ficando dividido pelo sistema viário em gleba A, B e C. Aquela gleba que eu estava me referindo é a gleba B, onde vai ser implantado o empreendimento. Eu chamo a atenção dos senhores que nós temos umas manchas mais claras na gleba, onde não existe vegetação arbórea, ou ela é muito rarefeita. Essa área foi usada como botafora pela Dersa na execução do Rodoanel, e ela coincide... Aí tem um detalhe, a gente vê as áreas com menor densidade de vegetação. O Rodoanel aqui embaixo, a rodovia Dersa, essa é Mauá ali no canto esquerdo. E isso coincide com a ocupação que foi projetada para o empreendimento. Se a gente olhar aqui a imagem, a gente vê que justamente nessas áreas onde praticamente nós não temos vegetação, ou maciços arbóreos, ou bosques, é onde o empreendimento está projetado. Conforme o Cleber falou, o empreendimento é composto por dois galpões, todo o sistema de suporte, de área administrativa, vestiários, refeitório, estacionamento interno, e um acesso que vem de Mauá, né, ali em cima eu tenho a divisa dos municípios, aquela linha tênue ali em cima, entre Mauá e Ribeirão Pires. E isso mostra que o empreendimento está integralmente implantado em Ribeirão Pires. É uma pequena gleba que foi adquirida para viabilizar a interligação dessa gleba aqui, que está isolada, com o sistema viário de Mauá.

Aqui um quadro de áreas, então a área da gleba B, que é a área onde vai ocorrer intervenção, tem 788 mil metros quadrados. A área de preservação prevista, considerando as três glebas que foram consideradas como área

remanescente pela CETESB, é de 3.117.118 mil metros quadrados. A área construída, 188 mil. A taxa de permeabilidade, ou seja, solo que permite infiltração de água, 90,14%, quando exigido pela legislação de mananciais, de proteção de mananciais, é 90%. A área de cobertura vegetal preservada, 88,5%. O mínimo exigido pela legislação é 70%. E o coeficiente de aproveitamento do imóvel, 9,86%, quando o máximo permitido é 10%. Ou seja, nós estamos totalmente dentro dos parâmetros urbanísticos que estão estabelecidos pela legislação de proteção de mananciais, que são bastante rigorosos.

Aqui é uma apresentação do zoneamento dessa legislação de proteção e recuperação de mananciais, da Billings. A Gleba está situada em uma área de ocupação dirigida em uma subárea de conservação ambiental. Essa subárea de conservação ambiental, ela permite o uso de condomínios logísticos respeitados àqueles índices urbanísticos que eu mencionei para os senhores, que são bastante restritivos. Eu posso ocupar 10% da área, tem que ter uma taxa de permeabilidade bastante elevada, e assim por diante. E, do ponto de vista do município, foi obtido uma certidão de uso do solo, que é a 513/2022, emitida pela Prefeitura de Ribeirão Pires, onde o empreendimento se enquadrou também dentro das diretrizes municipais. A imagem que está indicada ali mostra as zonas que ocorrem no entorno. Eu tenho uma área de ocupação especial, que é aquele laranjinha. Depois eu tenho acima a ocupação do município de Mauá, a área urbana do município de Mauá, bastante adensada. Ali onde está escrito jardim é um pólo industrial, é uma área de galpões industriais. E onde está escrito primavera é um bairro residencial de Mauá. Aqui, de novo, os parâmetros urbanísticos. Já foram apresentados, vou passar rápido, mas tem mais informações. O coeficiente de aproveitamento máximo, 10% da gleba. Nós temos 9,86, estamos dentro. Área florestada mínima, 70%. Nós temos 88,68. Lote mínimo, 7.500 m². Nós temos 3.516.000. E a taxa de permeabilidade, 90%. Nós estamos praticamente respeitando também a taxa de permeabilidade. Aqui, algumas informações extraídas do estudo de impacto de vizinhança. É um estudo bastante extenso. Para falar em 15, 20 minutos seria impossível, no detalhe. Mas nós procuramos elencar os aspectos mais importantes. Em termos de vizinhança, o que nós temos? A ocupação urbana que existe no entorno é caracterizada por uso misto. Tem indústria, comércio, uma instalação de saneamento, que é o aterro sanitário, residências e áreas ocupadas por vegetação. O limiar entre essas áreas densamente ocupadas ao norte e as áreas preservadas. Nós estamos nesse limiar. E a ocupação rarefeita ao sul, do Rodoanel, que é justamente a área de drenagem para o reservatório Billings.

É um sistema viário que isola praticamente a gleba, como a gente já mencionou. A melhor acessibilidade é pela SPA 086. Eu tenho que lembrar que o Rodoanel não permite um acesso direto, infelizmente, porque seria uma solução muito mais simples. O empreendimento, portanto, é compatível com os usos permitidos pela legislação e aproveita o potencial de um viário regional, que é bastante importante, porque dá acesso a toda a região metropolitana e escoamento em direção ao Vale do Paraíba, quase que diretamente pela SPA e a Jacu-Pêssego. Aqui, um detalhamento dos acessos previstos. Nós temos ali o acesso pela Rua das Acácias, que é uma via de mão dupla, e o retorno para a Avenida Papa João XXIII pela Aulivieri Bozzato. E essa parte em vermelho é a via particular que o empreendimento vai edificar, vai construir, e que contempla uma pequena área que foi adquirida, 24 mil metros quadrados, para poder ser executado esse acesso.

Aqui foi um detalhe do estudo de tráfego, porque essa é uma grande preocupação nesse tipo de empreendimento. Foi feita uma simulação de número de veículos previsto e a gente verifica, em termos dos volumes atuais e volumes futuros, qualquer que seja o sentido e a direção do fluxo, que eu tô dentro da capacidade, aquele C pequenininho, é a capacidade do sistema viário em termos de veículos por hora, eu tô com metade da capacidade, mais ou menos, e isso implica numa situação onde eu mantenho o nível de serviço das rodovias, das vias existentes, com exceção da Papa XXIII, que no futuro vai ter uma pequena alteração no sentido de Santo André. Passa de categoria C para categoria D. Então o sistema viário previsto comporta tranquilamente o volume de tráfego que está projetado, o estudo, o relatório de impacto ambiental no licenciamento foi previsto uma melhoria nesse sistema em termos de sinalização horizontal e vertical, algumas obras de melhoria pro tráfego previsto. Então, também desse ponto de vista,

aparentemente, está bastante tranquilo.

Interferência na paisagem natural. Esse é um impacto que é inevitável, né, qualquer edificação que eu faça que interfira no ambiente natural, eu tenho uma alteração. No nosso caso, nós temos uma supressão de vegetação relativamente pequena na área, na área diretamente afetada do empreendimento, e uma vegetação que está em estágio inicial, ou seja, ela ainda não formou bosques, não formou um maciço arbóreo, e que é caracterizada predominantemente por eucaliptos. Então, eu tenho uma interferência na vegetação, na paisagem natural, que é bastante restrita em termos de supressão de eucaliptos, que normalmente é uma espécie vegetal de exploração comercial, e uma vegetação em estágio inicial, que ainda não se caracteriza como um bosque. Tem uma alteração na conformação do terreno, porque eu tenho que formar os platôs para a edificação dos galpões. E eu tenho áreas do entorno, principalmente ao norte, já bastante ocupadas, intensamente ocupadas. Sendo que a gente tem uma preservação associada ao empreendimento de 90% dos terrenos remanescentes, ou seja, mais de 3 milhões de metros quadrados.

Esse é um ganho que a gente não pode desconsiderar, porque, em contrapartida à ocupação de um imóvel com 188 mil metros quadrados de área construída, eu vou preservar 3 milhões de áreas principalmente na drenagem do reservatório Billings. A possibilidade de regeneração da vegetação nativa em 20% das glebas é uma estimativa que foi feita nos diagnósticos ambientais, então eu tenho potencial de recuperar essa vegetação arbórea em 20% das glebas, que são campos antrópicos, ou seja, áreas onde já houve alguma interferência no passado, e com essa preservação isso vai se regenerar. E o cumprimento de todas as medidas compensatórias decorrentes da legislação vigente. O licenciamento ambiental impõe uma compensação por plantio em função do que vai ser suprimido. Isso está em uma resolução da Secretaria do Meio Ambiente nº 80, tem já toda a quantificação de árvores que vão ser plantadas. Na questão do tráfego, como a gente viu, tem uma elevação do fluxo de veículos, isso é inerente ao empreendimento. As vias de acesso, elas são localizadas numa zona industrial. Foram feitos vários estudos e a opção escolhida foi justamente essa. A capacidade existente é suficiente para absorver essa demanda que vai ser gerada.

Como medidas mitigadoras, vão ser previstos estacionamentos para todos os colaboradores dentro do empreendimento, inclusive para ônibus, para transporte de funcionários, e disponibilização de um aplicativo para os veículos de carga, que implica que não seja formada uma fila de caminhões na entrada do empreendimento. Então, isso agiliza o acesso, de forma que eu não tenho uma situação de formar uma fila e que possa prejudicar, eventualmente o tráfego fora daquela via particular. Em termos de melhoria da infraestrutura existente, o empreendimento está isolado do tecido urbano. Foi feita uma permuta com o cemitério Vale dos Pinheirais, para possibilitar aquela via de acesso. Foi cedida uma outra área para o cemitério. E na área urbana do Jardim Primavera, que não tem qualquer interferência com o sistema viário ou com o próprio empreendimento.

Em termos de uso e ocupação do solo, substituição de áreas com uma vegetação degradada, com a possibilidade de melhoria dessa vegetação, de desenvolvimento dessa vegetação, em termos de essas áreas serem preservadas. O uso do terreno em conformidade com as premissas do Plano Diretor do Município. Então, eu estou alinhado ao planejamento urbanístico do município. Baixa viabilidade para outros usos, como loteamentos residenciais. No momento em que eu implanto esse empreendimento, que, aliás, diga-se passagem, empreendimento seco. Ele não gera, a não ser um influente sanitário. Ele não movimenta a água no seu processo. Então, ele é extremamente adequado para uma área de proteção de mananciais. Mas essa ocupação e a preservação da área remanescente impede que haja um adensamento por loteamentos residenciais. E a ocupação de espaços que poderiam se tornar vazios urbanos, com risco de ocupações precárias ou irregulares, como a gente já verifica em alguns pontos nas proximidades. Em termos de valorização imobiliária, pelo fato do empreendimento também estar isolado, não se espera que haja uma interferência nos valores dos imóveis do entorno. A avaliação que foi feita é que, em termos de desvalorização ou valorização, esses impactos são virtualmente ausentes.

Infraestrutura do empreendimento. Obviamente, há um aumento nas demandas de abastecimento de água e

esgotamento sanitário e abastecimento e distribuição de energia elétrica. E foram feitas consultas às concessionárias que garantiram a disponibilidade e a viabilidade de infraestrutura para a água vinda da Sabesp e coleta e tratamento de esgotos, que é da concessionária BRK. A parte de resíduos sólidos, tem um aumento de geração de resíduos, via de regra, não perigosos, porque o empreendimento não permite que sejam manipulados produtos perigosos, explosivos, tóxicos, inflamáveis. Então, é uma operação que vai organizar os resíduos dentro do empreendimento, o Cleber comentou que todos os empreendimentos desse tipo têm uma central de resíduos, onde esses resíduos são armazenados separadamente e depois é feita a coleta e a destinação. Tem uma exigência também, e isso é prática da empresa, montar um plano de gerenciamento de resíduos de construção civil na fase de obras, também com segregação dos resíduos reutilizáveis e, de acordo com a legislação, aí é uma resolução do CONAMA que regulamenta essa atividade, e depois os resíduos gerados na fase de operação, a maior parte deles recicláveis, porque são embalagens, madeiras, papelão, etc., mas que vão ter a destinação adequada.

Geração de ruídos e poluição atmosférica. É restrita a movimentação de veículos nos acessos e nos pátios, pelo fato da Gleba estar isolada, isso também não gera um impacto significativo no entorno, principalmente residencial, e o acesso externo, como já foi dito, é feito por um bairro industrial, sem também gerar incômodos a moradores. A atividade operacional é feita praticamente dentro dos galpões, com baixo potencial de geração de resíduos, pela movimentação dessas cavas internamente, e o impacto está relacionado mesmo à circulação de caminhões. Espera-se uma atratividade de novos negócios, por um potencial de ter atividades complementares no município, associadas à operação logística. É previsto um aumento nas vagas para geração de empregos. Nós temos aí uma previsão de 380 trabalhadores diretos no período de obras e 1.064 vagas diretas nas atividades de operação. Esses números são estimativos, principalmente as vagas durante a operação do empreendimento, porque ela depende da alocação de mão de obra feita pelos locatários, pelas empresas que vão alocar espaços. Mas esses números são baseados em médias que a empresa, com aquele número enorme de metros quadrados e de empreendimentos que ele já dispõe, é uma média de número de pessoas por metro quadrado, possibilita fazer essa estimativa. E tem um aumento também de vagas indiretas de emprego, em vista da instalação de inquilinos, da elevação do potencial comercial do entorno, de serviços, em função do empreendimento. E há uma premissa de priorização de mão de obra local, obviamente para reduzir tempo de deslocamento e absorver essa mão de obra.

A conclusão do estudo é que o empreendimento se enquadra nos critérios urbanísticos e ambientais extremamente restritivos, estão previstos legalmente na área da bacia da Billings, o que praticamente inviabiliza outras tipologias de ocupação, porque, como eu disse, existe uma restrição muito grande a empreendimentos que geram influentes líquidos, principalmente atividades industriais. Os índices urbanísticos para o empreendimento residencial são praticamente proibitivos, porque eu tenho que manter uma área, um tamanho mínimo de lote de 7.500 metros quadrados. A gente já teve essa experiência desde a década de 70, na bacia da Guarapiranga, e foi um desastre. É só andar lá no entorno para ver o que aconteceu. Lá tinha uma limitação de área mínima de lote que foi absolutamente desconsiderada. O terreno está localizado, o imóvel está localizado próximo a viários importantes e que promovem essa distribuição de cargas, tanto da região metropolitana como de fora da região metropolitana, para que sejam distribuídos na região metropolitana toda. Cria a possibilidade de uma preservação de uma área remanescente de 3 milhões de metros quadrados, o que também, acredito que poucas glebas aqui tenham esse potencial ainda. E essa recomposição vegetal, ou a manutenção da vegetação já existente, ela gera serviços ambientais que não estão só limitados à produção de água para o reservatório, mas toda a manutenção de um meio ecologicamente mais equilibrado, a absorção de carbono, porque o desenvolvimento da vegetação atua na absorção de carbono, a manutenção de paisagem em torno dessas áreas e assim por diante. As medidas de gestão ambiental previstas pelo empreendimento estão ratificadas, ou seja, aprovadas pela CETESB com a emissão da licença prévia. Tem um conjunto bastante grande de exigências que estão sendo atendidas com os planos ambientais e isso é fiscalizado tanto pela CETESB, como pelo município. E a equipe responsável pelo EIV, portanto, conclui que o empreendimento analisado, adotando todas as medidas de gestão

propostas, ele não produzirá incômodos de relevância à vizinhança do empreendimento. Ou seja, é um projeto que, vamos dizer, ele causa o mínimo impacto possível para o desenvolvimento de uma atividade econômica nessa área. Então, era isso que tinha a apresentar. A gente fica à disposição para esclarecimentos, dúvidas.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Gostaria de agradecer ao senhor Cleber, muito obrigado. Ao senhor João, muito obrigado. Relembrando, nas normas da audiência pública, enquanto nós vamos, as pessoas presentes vão fazer suas perguntas, nós temos também as perguntas por escrito. Quem quiser fazer alguma pergunta por escrito, nós vamos estar lendo aqui no máximo 10 perguntas por escrito por causa do tempo da audiência pública. Ficam à disposição.

Gostaria de chamar para a primeira pergunta o senhor José Lima, do Conlutas. Senhor José Lima. Cadê a menina? Paula, cadê o microfone? Lima, o microfone ali. Você pode fazer do lugar que você está mesmo, sem problema nenhum. Fique à vontade, meu querido. Oi? Pode fazer, tá bom? Tá sem som. Tá sem som. Posso abrir o púlpito, Lima, desculpa, desculpa querido. Tá? Som, som.

Senhor José Lima – Conlutas

Alô? Bom, a gente queria, em nome da Sociedade Civil de Ribeirão, fazer esse reconhecimento. A importância da audiência pública. Nós vamos exigir que seja feita audiência pública em todos os projetos. Porque Ribeirão Pires é uma área, tem sua área, 100% da sua área dentro de área de preservação. São três bacias hidrográficas. Nós produzimos água para São Paulo beber. E nós temos restrições de construção, de crescimento econômico, para poder manter esse serviço. E vamos fazer. Qual que é o caminho que a Sociedade Civil procurou atuar? No Comdema e no Coduhab, a gente procurou acertar o plano diretor, compatibilizar o plano diretor, que era de 2004. Em 2014 foi compatibilizado com a lei do Taiaçupeba. Em 2019 com a lei da Billings. Então é muito importante que ele seja cumprido. Por isso a audiência pública é esse espaço. Para a gente começar a mostrar para o governo que ele não está, a cidade não é dele. Esses governos vão passar e os moradores vão ficar. E nós queremos deixar para a nossa família um solo adequado. São leis que são feitas e têm que ser cumpridas. Infelizmente a amostra está aqui. A audiência pública tem que ser convocada pelo Comdema, mas a comissão de avaliação do estudo de impacto ambiental não tem um membro da Sociedade Civil. Só tem membro do governo. É uma deturpação, é uma ingerência do poder público na atuação do Comdema. Então nós vamos reivindicar a divulgação de todos os estudos que foram feitos. O estudo de impacto ambiental foi disponibilizado esse final de semana, não tivemos nem acesso para poder estudar e contribuir. Nós queremos, nós não somos contra o desenvolvimento da cidade, mas ela tem que crescer disciplinada. Para não acontecer como ele mesmo falou, o consultor, Guarapiranga, não teve controle, está na situação que está. Diadema não teve controle do crescimento, está na situação que está.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Lima, a pergunta o senhor só tem três minutos, por favor.

Senhor José Lima – Conlutas

Então nós queremos que seja. Por que não foi divulgado o estudo de impacto ambiental antes da audiência pública? A gente não teve acesso. Então eu queria que fosse feita nova audiência pública, chamada pelo Comdema, ou uma reunião ampliada, para ser discutido esse documento que foi disponibilizado nessa semana.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Perfeito. Obrigado Lima. Gostaria de chamar agora o senhor Odimauro Caprini, da OAB Ribeirão Pires. Senhor Odimauro.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Boa noite a todos, boa noite às autoridades, boa noite à mesa. Eu como morador de Ribeirão Pires, desde, desde bebê, eu tenho orgulho de morar nessa terra e o cuidado com ela também. Então eu tenho alguma pertinência para fazer a mesa, à mesa técnica, à empresa. Então eu gostaria de saber sobre o acesso à Gleba B. Então, diz que, pelo EIV, a Gleba B, área objeto de estudo, terá acesso pela Rua das Acácias, a qual conectará o terreno através de uma rua particular que dará acesso ao empreendimento. A Gleba B é a Gleba que vai estar todo um complexo logístico. Então isso é uma das perguntas, mas ela tem complementação. Bom, com isso, com a implantação desse empreendimento, vamos ter uma grande movimentação de terra feita exatamente na Gleba B. Onde, que nós contamos, existem 20 nascentes e mais um córrego. Ok? E essa movimentação de terra, ela vai ser feita num local que é ao lado do cemitério, que fica num plano mais elevado. Então, fatalmente, essa área ela tá contaminada. Então, o complemento da pergunta é se existe algum estudo sobre a contaminação da área. E, complementando essa minha pergunta, o esgoto, é claro que o esgoto ele tem que ficar num plano mais baixo. Então, como ele vai ser permeado até a cidade de Mauá? Vai ser por transferência? Vai ser bombeamento? É isso? Então, essa é a minha questão. E, possivelmente, eu terei uma réplica. Obrigado.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Só uma questão de ordem. O senhor Lima, o senhor fez uma pergunta, acho que foi diretamente para o governo do Condema, não é isso? Entendeu? Gostaria que o senhor fizesse por escrito, para que isso possa acontecer, tudo bem? Tá? Tá bom? Oi? Entendeu? Quem responde a pergunta? (inaudível) Oi? (inaudível) Tá bom. Tá bom, então. Quem responde a pergunta do doutor Odimauro?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Boa noite, vou começar respondendo com relação ao estudo de contaminação. Sim, ele foi feito. Sim, já foi feito desde a época para aquisição desse imóvel. Ele também está dentro dos processos da CETESB. E não tem...ele não é...Não precisa se passar por um plano de aprovação de áreas contaminadas, não tem nenhuma área contaminada dentro do terreno. Agora, com relação ao acesso, eu não entendi a pergunta.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

O senhor pode repetir, senhor Odimauro?

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Claro, posso sim. O acesso, pelo EIV, pela indicação da... Vocês sinalizaram tudo em amarelo. Então, tem a rua de acesso, ela vai ser feita pela José Carlos Nalle, ok? Aí, posteriormente... Mas está no EIV.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

A gente pode volta, colocar a imagem pra facilitar a visualização.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Não, tem a indicação toda em amarelo, o trânsito que vai ser rodeado pela empresa, os usuários.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

O acesso ele vai se dar pelo condomínio...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Cabine, pode projetar, Cleiton?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

O acesso vai se dar pela Rua das Acácias, a entrada pela Rua das Acácias, dentro do condomínio industrial, e a saída pela Rua das Acácias e pela Aulivieri Bozzato. A gente não tem nenhum acesso pela Ricardo Nalle, porque ela nem faz frente com o terreno.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Tá, qual o nome dela?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Aqui a gente consegue ver bem. Então, a entrada pela Rua das Acácias e a saída pela Rua das Acácias também e pela Aulivieri Bozzato. Essa parte em roxo é um acesso que ela continua pela Rua das Acácias e entra dentro do nosso terreno, já é propriedade particular, ainda no município de Mauá e depois passa dentro do município de Ribeirão Pires, chegando até a parte de construção do empreendimento.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Isso. Eu estou aqui pelo EIV. Está no item 5, caracterização da área e em estudo. 5.1, localização. Então, a minha dúvida em relação a isso, a Gleba B, área objeto de estudo, terá acesso pela Rua das Acácias, a qual conectará o terreno através de uma rua particular que dará acesso ao empreendimento. Quer dizer, a Gleba B. Todo empreendimento está na Gleba B. E vocês estão colocando que o acesso se dará por essa rua.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Sim, é a Rua das Acácias, a Rua das Acácias, eu não sei se o senhor consegue enxergar daí, mas ela tá bem acima da primeira flechinha vermelha.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

A Rua das Acácias ela vai chegar até essa rua particular, que vai ser a Rua do Cemitério?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Não, ela começa pelo traçado laranja, ela chega até a Aulivieri Bozzato, que é essa que está em amarelo. Ela continua até a rua que vai ser executada, que é essa que está em rosa.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Então vai ser executada uma rua dentro do empreendimento que vai pertencer a Ribeirão Pires?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Ela começa em Mauá e termina em Ribeirão Pires.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Então vai constar em Ribeirão Pires, essa rua?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Sim, também. Dentro da nossa propriedade, não é área pública de Ribeirão Pires, é dentro da propriedade de GLP.

Senhor Odimauro Caspirro – OAB Ribeirão Pires

Sim, mas eu estou perguntando isso mesmo. Essa rua, porque precisa ter uma complementação disso. Vocês vão ter acesso por uma rua, por meio do cemitério, mas tem que fazer o complemento dessa rua.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

A gente não vai fazer pelo meio do cemitério. Todo o acesso da rua está dentro do terreno da GLP.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Não vai fazer pelo cemitério.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Só complementar em relação às nascentes. Mas o estudo tem uma imagem que mostra todas as nascentes com a área de preservação delimitada com 50 metros de diâmetro e as áreas de preservação ao longo dos cursos d'água. Estão todas preservadas, essa disposição dos galpões justamente foi feita para preservar todas as nascentes. E nós temos duas transposições de área de preservação permanente que são inevitáveis, porque é o sistema viário para acessar a gleba. Isso está previsto dentro do código florestal, da lei de Mata Atlântica. Está tudo em conformidade e está devidamente compensada essas intervenções em áreas de preservação permanente. São duas transposições de sistema viário, de vias. Não temos nenhuma edificação dentro de área de preservação permanente no empreendimento.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo, senhor João.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Para consultar o EIV, o senhor vai ver que todas as áreas de proteção, de preservação permanente estabelecidas para nascentes e para cursos d'água estão delimitadas e o empreendimento não interfere nessas áreas... (inaudível)

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Eu vou responder agora. Com relação ao esgoto, a ligação está em um ponto mais baixo. Então, ela vai ser conduzida por gravidade. A gente já tem a certidão de diretrizes da BRK e ela vai ser conduzida por gravidade.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Ok. O senhor José Roberto Kuki, do Aris. Por favor.

Senhor José Roberto Kuki – Aris

Boa noite a todos. Boa noite à mesa. Eu fui o segundo a perguntar, então, alguma coisa ele já perguntou. Mas eu vou repetir para que fique um pouco mais claro. Uma dúvida, o IPTU da área, ele consta como Rua Ricardo Nalle, que fica distante do empreendimento e lá consta como testada do terreno. Como é que eu posso ter uma testada de um empreendimento ou de um terreno aqui se eu estou a um quilômetro daqui? Mais ou menos. Bom, a outra questão é realmente a do esgoto. Você acabou de responder, que seria por gravidade. Como será o abastecimento do gás? Uma vez que somente Ribeirão Pires tem a passagem da tubulação de gás aqui na região. Com a implantação do empreendimento localizado no município de Ribeirão Pires, toda a construção do mesmo, e com a entrada pela cidade de Mauá, que ocupa no terreno uma área um pouco maior que 24 mil metros quadrados, e a área total de Ribeirão Pires mais de 3 milhões de metros quadrados, em qual cidade serão recolhidos os impostos ISS dos seus locatários desse empreendimento? Por enquanto, seriam somente essas perguntas. Agradeço a atenção.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Eu posso responder a do IPTU. Com relação ao IPTU, sim, o endereço do IPTU consta, Avenida Ricardo Nalle, que fica em Mauá, inclusive. Esse assunto já está sendo discutido com a Secretaria de Assuntos Jurídicos da Prefeitura, que, na verdade, eles precisam fazer a atualização do cadastro. Então, a ideia é que seja, sim, atualizado o cadastro com a testada de Ribeirão Pires. Mas isso depende da Prefeitura e não da gente.

Senhor Cleber Saccoman – Representante REC

Eu respondo sobre o recolhimento. Sobre recolhimento, nós não temos nenhuma dúvida que todo o ISS da construção será em Ribeirão Pires e a operação também. A operação é em Ribeirão Pires e o nosso entendimento jurídico é esse. Então, o entendimento é esse, que será em Ribeirão Pires.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Com relação ao gás, acho que também teve essa pergunta com relação ao gás, a gente não tem previsão de uso de gás. O que é usado em gás é feito com práganel. Não tem nenhuma previsão de uso de gás.

Senhor José Roberto Kuki – ARIS

Ok, só uma em relação à testada que vai ser feita para Ribeirão Pires, é isso? Isso. A testada do imóvel.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Isso, é o que está sendo já em reuniões com a Secretaria de Assuntos Jurídicos.

Senhor José Roberto Kuki – ARIS

Ok. Só que nós não temos essa entrada por Ribeirão Pires. Essa entrada, eu estive acompanhando no EIV, é um estudo para o futuro. Já existe alguma proposta nesse sentido de se abrir essa estrada? Porque aí nós teríamos como estar recolhendo todos os impostos sem problema algum em relação ao ISS, à movimentação toda que vai ser feita.

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Eu não consigo fazer a entrada pela testada de Ribeirão Pires por conta da classificação da rodovia, que não

permite o acesso direto. Então eu tenho que fazer, sim, por Mauá. Eu termino a parte do meu acesso da Rua Particular em Mauá e continuo por Ribeirão Pires. A portaria fica em Ribeirão Pires, a portaria de acesso.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Bom, me desculpe aqui, mas o nome aqui é senhor Bóris? É Bóris? Bóris. Senhor Bóris da Silva, ABR Dança Livre, por favor.

Senhor Bóris da Silva – ABR Dança Livre

Boa noite a todos, boa noite à mesa. A pergunta que eu quero fazer é bem simples, mas também muito lógica. Foi dito que vai ter uma rua de acesso que é dentro do empreendimento, e essa rua é do empreendimento. E que os caminhões vão obedecer a um aplicativo para que não gere, vamos dizer assim, acúmulo de caminhões. Logo assim eu imaginei, um centro logístico, ele tem que ter...Primeiro a pergunta que eu esqueci, esse centro, quantas empresas vão estar lá dentro? Para que o que eu estou falando dê entendimento. Se esses caminhões vão chegar pela rua de dentro do empreendimento e controlado por um aplicativo, dá a entender que esse centro logístico, ele não tem docas. Se ele não tiver docas, as empresas que vão receber essas mercadorias não vão ter o controle de entrada e saída de carga e descarga. Logo, essa rua, de repente, não vai dar conta da chegada desses caminhões. E as empresas que estiverem dentro do centro logístico, ela não vai conseguir fazer o controle da chegada desses caminhões nessa rua. Automaticamente, esses caminhões vão chegar e vão começar a ocupar o espaço das ruas de áreas urbanas do município. Ou seja, vai trazer transtorno pro centro, para as residências do entorno. Então, a pergunta é, esse centro logístico, ele vai ter espaço para quantas empresas? Essas empresas vão ter docas para fazer o controle de carga e descarga elas mesmas, independente dessa rua de acesso para dentro do empreendimento?

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado. Quem responde?

Senhora Daniele Bonadi – Representante REC

Eu respondo, eu tô com os dados aqui, com relação à quantidade de empresas que estarão operando no site, eu não consigo te responder porque é um projeto especulativo. A gente ainda não sabe quem vai operar. Com relação às docas, sim, todos os projetos têm docas. Esse projeto específico tem 232 docas. Esse aplicativo, GLP Fast Pass, ele foi desenvolvido para facilitar a entrada e a saída. Mas toda a operação se mantém. Então, além do aplicativo, eu tenho também um bolsão externo para acúmulo de vagas e também um grande viário até chegar à via pública. Esse site é um site que provavelmente não vai ter nenhum problema de transtorno de veículos em via pública, por conta da extensão do viário interno, por conta do aplicativo e por conta do bolsão de estacionamentos antes da portaria.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Trépica?

Senhor Bóris da Silva – ABR Dança Livre

Não, não, está respondido. Ficou contemplado.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Gostaria de chamar a senhora Jaqueline Asac. Por favor...

Fala inaudível da Senhora Jaqueline.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Ah, é? Está bom, Jaqueline. Obrigado, então. Então, gostaria de chamar o senhor Airton Silva. Airton, por favor, Airton.

Senhor Airton Massari – Sociedade Civil do Comdema

Airton Massari, Sociedade Civil do Comdema, profissional do saneamento. E a minha indagação é muito em função disso aí. O que foi disponibilizado para a gente ao cair da tarde de sexta-feira foi a hora da reunião, 17 horas. Isso aqui é uma cidade dormitória. É difícil você ganhar o pão, almoçar em outra cidade e estar aqui 17 horas. Eu sou membro do Comdema, eu acredito que, se vocês não conseguirem responder isso aqui agora, a gente, lá na frente a gente vai perguntar de novo. É o seguinte. Eu estou aqui com a licença ambiental, a licença prévia da CETESB, licença 2817, de novembro de 2021, no entendimento aqui que tem 20 premissas para essa licença prévia virar licença de instalação. As premissas 1.5 e 1.8 dizem respeito à drenagem. E para um profissional de saneamento tem muita diferença se vai drenar lá para o Córrego Taboão e sair ali perto da Automasa, onde toda vida... A Automasa saiu de lá porque estava cansado de acudir carro boiando, carro da marca Volkswagen boiando. Com a implantação do Rodanel, isso aí só piorou. Eu não sou munícipe de Mauá, mas a gente, para ganhar o pão, a gente tem que sair daqui e para cá, sair daqui ir para lá. Então é o seguinte, da vazão que cai para o Córrego Taboão, é essa dúvida. Da razão que cai nas sub-bacias, os tributários, até cair no braço do Rio Grande, é outra dúvida. Porque no EIV, e o EIV foi a única coisa mais técnica que vocês passaram para a gente, no EIV não está claro o que drena para uma, o que drena para a outra. E isso faz diferença. Principalmente a topografia que vocês vierem a modificar ali. Lembrando que foi um terreno que outrora foi explorado argila, então previsivelmente argiloso, uma terra que encharca. Essa preocupação eu posso até transferir para as outras perguntas que vêm aí. Para além disso, a questão do esgoto. Porque foi falado aqui que vai ter estação de tratamento. Essa é a premissa 16 aqui da licença prévia da CETESB. Apresentar projeto das redes internas de abastecimento de água, reservatórios, coletas dos efluentes domésticos, também conhecido como esgoto e respectiva interligação com a rede pública, aprovados pela Sama e pela BRK Ambiental, respectivamente. Ora, o empreendimento está distante da rede instalada do município de Ribeirão Pires. Distante da rede instalada do que um dia foi Semasa e agora Sabesp Santo André. E distante também de rede de esgoto da BRK Ambiental. Então assim, se vocês estão dependendo de aprovação e de rede da BRK Ambiental, quem me garante que na expiração dessa licença prévia, depois de cinco anos contado a partir de 2021, quem me garante que vocês vão dar conta desse esgoto? Obrigado.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Obrigado pelas considerações porque possibilita a gente esclarecer mais alguns pontos. Primeiro eu queria mostrar essa imagem. Essas manchas que estão em verde um pouquinho mais escuro são as áreas de preservação permanente que foram mapeadas no imóvel. Como eu disse, a gente vê que os galpões não interferem nessas áreas. Essa drenagem toda, vou pedir para levantar aqui e falar mais alto.

Senhor Airton Massari – Sociedade Civil do Comdema

À direita ali me parece que é o Córrego Taboão, é isso?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Essa drenagem toda aqui, ela se dirige pro reservatório da Billings, ou seja, toda a drenagem de águas pluviais, de água de chuva do empreendimento, ela vai ser descarregada nesses corpos d'água que existem no terreno e vão ser direcionadas para o reservatório Billings, atravessando aquela gleba, a gleba A, que é também do empreendimento e que chega praticamente no reservatório, chega próximo ao reservatório. Foi mostrada uma imagem meio rapidamente também. Vamos voltar um pouquinho aqui. Aqui é o que eu falei. A gleba é aquela parte em laranja ali e o reservatório está aqui embaixo, então toda a drenagem ela chega aqui nesse braço da Billings. Esses aqui são dispositivos, essa questão de drenagem é super importante em centros de logística, porque eu tenho uma superfície de telhado bastante grande, mesmo que eu trabalhe com um piso de pavimento permeável ou semi-permeável, os telhados não têm como, eles têm que proteger o ambiente interno, então ele acaba sendo um concentrador de água de chuva. Mas os empreendimentos, esse é um exemplo já implantado, eles têm sistemas de coleta de águas pluviais, que é a primeira imagem, e toda a descarga em cursos d'água é feita por dispositivos. Aquela segunda imagem, a imagem do meio, do centro, é um reservatório de contenção que, no estudo de drenagem, você avalia se há ou não a necessidade desse equipamento, desse dispositivo, se o sistema de drenagem, que são as escadas, o sistema de dissipação de energia, as canaletas nos taludes, se isso for insuficiente para condicionar um pico de chuva, que é estudado, então se causa acumulação. Então, quanto a isso, a gente está tranquilo.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tréplica Massari?

Senhor Airton Massari – Sociedade Civil do Comdema

Não, a drenagem é ok, do esgoto não foi falado nada.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Então, o esgoto, o sistema municipal, a Constituição do Sistema de Mauá, informou que tem condições de receber esse esgoto. Então, não há previsão de estação de tratamento no empreendimento. E é uma obrigação legal. Se pegar o decreto 8468 do Estado de São Paulo, ele obriga que, existindo rede, você tem que dispor o esgoto na rede. E é o que vai ser feito. Com o sistema estendido pela via particular.

Senhor Airton Massari – Sociedade Civil do Comdema

Obrigado.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, Massari. Só queria, foi um erro meu, agradecer a presença de outros conselheiros, do Comdema que estão presentes. Iuna Gabriela da Silva, Juliana Nogueira Cerezoli, Renato Henrique Dias Neves, Maria de Lourdes Castro. E do Conduab, João Paulo Marigo, Fábio de Souza e Cláudio Roberto. Muito obrigado pela presença. Gostaria de chamar agora o senhor José Soares, do MDV, a fazer a sua pergunta.

Senhor José Soares – MDV

Boa tarde à mesa, boa tarde a todos, a todas. Eu deixei um questionamento com base também no EIV, que vocês implementaram aí. Está na mesa, anexado ao documento que o MDV protocolou, pedindo a suspensão dessa audiência, com base no decreto 6923, de junho de 2019, que é do município de Ribeirão Pires. Onde ele fala o seguinte, no artigo 9º. O EIV/RIV protocolado, junto ao órgão técnico de desenvolvimento urbano, é a reputação responsável pelo repasse do mesmo para análise e parecer do Coduhab. Isso não passou pelo Coduhab. O EIV deverá ser apresentado de duas vias, elaboradas conforme o roteiro e anexo, impressas em formato A4, devidamente encadernada. Eu não

vi, parece caviar a música do Zeca Pagodinho. Uma cópia digital, que é obrigatório. E a comissão técnica para avaliar esse procedimento, para encaminhar o Coduhab para uma avaliação, para depois ser apresentada em audiência pública. Isso não ocorreu. São dúvidas. A prefeitura também. Mas é interessante que diz o seguinte, no artigo 19, se eu não me engano. O EIV/RIV, no parágrafo 1º, deverá ser disponibilizado em local público durante o prazo mínimo de 10 dias, antes da data designada para a deliberação da audiência pública do Conselho de Desenvolvimento Urbano. Esse documento não estava público aqui na Câmara. Ou estava? Físico, para as pessoas que não têm acesso à internet, como o senhor teve dificuldade no aparelho. Imagine se não tem pessoas leigas que não têm acesso ao sistema de internet. E quem acessa a página da prefeitura que só está lá, se tiver ciência, clica no ícone que está lá, aí a página remete ao empreendimento, você faz um cadastro para ter acesso a 600 e poucas páginas do EIA/RIMA, do estudo de impacto da Vizinhança. Interessante, não é? O documento alega que tem que estar público. Não só no sistema. Mas, como vocês alegaram, um dos aspectos de uso e ocupação do solo é que o empreendimento não cause problemas do impacto de vizinhança. E pelo que vocês trazem no próprio documento de vocês, num deles, se não me engano na página 113, alega o seguinte, possível efeito colateral com adensamento populacional, considerando a valorização de áreas, terrenos na região, face ao movimento especulativo, poderá provocar a ocorrência de bolhas imobiliárias, tá entre aspas, ou seja, surge muitos lotes vazios e desocupados, é o que vocês alegam, sem previsão de uso, face às questões especulativas. E depois, também trazem no mesmo procedimento, na página 114, é uma prerrogativa, atentar em relação ao efeito colateral do processo de especulação imobiliária, principalmente devido ao fenômeno de supervalorização, o qual fomenta a ocorrência dos chamados vazios urbanos, ou seja, a sua ocupação que pode tornar-se alvos de ocupações irregulares de áreas, ou surgimento de processos de periferização da região e de gentrificação. Ou seja, o empreendimento em si, vocês não dizem onde estão os vazios urbanos. Nós sabemos que os vazios urbanos estão em Ribeirão Pires, boa parte. Vou fechar, é a pergunta. Mauá, que também sofre especulação imobiliária vai ser impactado e as divisas de Santo André, dentro do Parque do Pedroso também, Jardim Canaã, e outras regiões periféricas, que vocês não atentaram. Mas Mauá não está aqui no processo, o EIA não compensa. O impacto, embora alegue-se em Ribeirão Pires o empreendimento, mas o impacto, basicamente, vai total para Mauá. Então, gostaria que vocês explicassem esse processo de gentrificação que vai ocorrer.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde? O Álvaro vai falar do EIV. Fala, Álvaro.

Senhor Alvaro Vieira – Representante Câmara Técnica de Avaliação do EIV

Boa noite a todos. Em relação ao EIV, foi deixado, sim, as vias lá na Secretaria do Meio Ambiente e Habitação, e eu desconheço que alguém foi até o local da Vistas, mas foi disponibilizado, sim. Estou até com a cópia aqui. E foi disponibilizado. Agora, desconheço que alguém foi dar vistas.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Gente, por favor. Foi respondido. Quem responde a outra pergunta do Soares? Por favor.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

José Soares, o que nós podemos falar é o seguinte. Eu trabalho há 46 anos na área de meio ambiente. E, por duas ocasiões, eu dirigi a área de impacto ambiental na Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, que hoje essa área está dentro da CETESB. E a gente já se deparou com várias situações semelhantes a essa. Qualquer empreendimento, essa reunião aqui mobilizou uma centena de pessoas que se deslocaram em veículos, emitiram gases de combustão e geraram impacto. Então, tem que existir uma diferenciação do que pode ser um impacto significativo ou não. O empreendimento tem uma previsão de gerar 380 postos de trabalho na fase de construção e mil e poucos postos

na fase de operação. Eu garanto para o senhor, eu não tenho esse dado na mão, mas eu garanto para o senhor que é a mão de obra ociosa e desempregada, que é muito maior que esse número. Então, quando se faz esse tipo de estudo, você tem que considerar isso como um potencial impacto. Potencial. E depois, na avaliação, cruzando essa informação com os dados socioeconômicos, de emprego, de mão de obra ociosa e tal, se verifica se isso é significativo ou não. O que é feito normalmente é que se propõe alguma medida de qualificação, quando é necessário, para que você possa caracterizar esse processo. O senhor falou em gentrificação. Isso é um fenômeno que ocorre em algumas situações. E eu, com a experiência que eu tenho, posso assegurar para o senhor que não é o caso que vai ocorrer aqui. Porque isso significa eu ter uma melhoria de qualidade urbana que faça com que aquelas pessoas menos favorecidas tenham que se deslocar dali. Eu não acredito que esse empreendimento tenha esse potencial. Ele vai provavelmente ocupar uma mão de obra local, por conta dos deslocamentos. Provavelmente uma mão de obra que já atuou em indústria ou em comércio. É uma atividade que não exige uma especialização muito grande. Obviamente, alguns operadores, sim, têm que ter uma boa qualificação. Mas tem muita mão de obra que, com a qualificação mediana, vai operar tranquilamente esse empreendimento. E eu acho que, por serem municípios que têm uma atividade industrial, principalmente Mauá, que o senhor falou, é a área urbana mais próxima, essa mão de obra certamente vai ser absorvida. E é uma diretriz que o empreendedor vai procurar estabelecer que seja absorvida a mão de obra local.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tréplica, Soares.

Senhor José Soares – MDV

É interessante, mas você não explicou ainda. Até porque você disse também que, de face ao exposto, deveria ocorrer certo engajamento do poder público, visto que irão elevar as demandas sociais referente à infraestrutura e transporte. Ou seja, o lucro de vocês, o ônus da municipalidade. Interessante, não é? Esse procedimento. Isso para mim, isso se não for um impacto sobre a vizinhança, é um impacto no município inteiro. Aliás, coloca todo mundo na conta, vocês lucram, todo mundo aqui no município paga a conta. O IPTU não vai pagar isso. Então é interessante. E outra, para fechar. O empreendimento não diz das externalidades que vocês não colocaram, que é isso. Porque tem um déficit habitacional na região enorme. Então, se eu valorizo áreas especulativas, eu não deixo para outra parte. Ou seja, gentrificação, sim. De fato. Então o empreendimento provoca isso. E não resolveu. Não traz nenhum procedimento. Mas fala para o município que ele pode implementar o IPTU progressivo no tempo e outorga onerosa. Interessante, não é? Transferir para o município o impacto.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo, Soares.

Senhor José Soares – MDV

Fechando, dizer que, o empreendimento de vocês, vocês alegam que vai ser tudo positivo e mil maravilhas. Mas, diante do que vocês apresentam, apresenta impactos. A pergunta para vocês é, considerando que a área já cumpre uma função socioambiental, não tem uso, ela tem um uso sim, socioambiental, de preservação da água e produção de água naquela região, para a metrópole. Sem o empreendimento, esses impactos não seriam gerados, certo? Você pode afirmar isso?

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo Soares, obrigado. Muito obrigado. Gostaria de chamar agora o senhor Juscelino Oliveira, da Apeopesp. Por favor, senhor Juscelino, se manifeste.

Senhor Juscelino Oliveira – Apeoesp

Primeiro para o Comdema, eu penso que a metodologia aqui é totalmente favorável à empresa e não a nós, a população. Devíamos... No Rodoanel, a desgraça do Rodoanel, as plenárias havia o empreendimento, tempo para o empreendimento e tempo para uma entidade. Eu achei que eu podia fazer uma intervenção. Agora, se fala em três minutos, é meio complicado isso. Bom, eu sou membro suplente do conselho, mas a Valderez é efetiva, não rolou nenhuma discussão por lá. Sou suplente da minha colega Valderez e eu fico vendido, eu sou professor, eu não tenho só uma faculdade, eu tenho mais de uma. Fico meio vendido aqui para entender todas as questões. Eu acho que é necessário, mais do que nunca, fazer e faça uma audiência de verdade, democrática, no mínimo democrática. Porque o Rodoanel prometeu mil e uma coisa e acabou arrebatando mais de 300, entupindo mais de 300 nascentes nossas. Então, o que eu reivindico? Vamos parar com essa falsa democracia. O mesmo tempo que tem a empresa para expor, tem que ter uma entidade para expor também. Não é possível isso. Não é possível. O imposto que eles pagam é mais do que nós pagamos? Está errado, Gerson. Metodologia de trabalho. E o companheiro é professor, sabe muito bem. Vamos falar de metodologia de ensino aqui. Aqui, infelizmente, ou infelizmente, não é e não pode ser o professor autoritário que fica lá na lousa de costas sem dar atenção aos alunos e sem permitir que ele fale. Então, eu me sinto totalmente prejudicado nisso aqui. Como município, munícipe, moro aqui desde 74. Primeiro prisco arrebatou, tirou o morro aqui da cidade, nós ficamos pagando mais de 30 anos e essa cidade não evoluía. Depois vem a Marinês e enfia esse Rodoanel aqui e olha o prejuízo que nós estamos tendo até agora. Agora chega, o outro queria passar um teleférico passando por dentro da represa que o esgoto não estava jogando, jorrando esgoto. Agora, cadê a democracia? Para a gente poder participar e entender. Cara, esse projeto não tem que estar lá, tinha que estar aqui. Tinha que ter discutido no Conselho do Meio Ambiente. Não tem sentido isso. E eu proponho, e proponho até se for necessário, que a vereadora faça um projeto, que as audiências públicas aqui têm que ser democráticas. Não pode ter mais tempo para a empresa e menos tempo para os usuários, para os moradores, que nós pagamos imposto. Por último, esse emprego é fictício. Tudo vai depender se alugar, se vai alugar. O que é 380 empregos imediatos? Não é. Não é, não vai ser para sempre esse emprego. E muito menos os 1.600, porque Santo André, Santo André, o ABC, é considerado uma área de serviço. Então vai encher desse empreendimento no ABC inteiro. Então vai empregar quantas pessoas aqui no ABC? Todo mundo que está desempregado? 20 milhões de trabalhadores? Os patrões sempre vêm com essa conversa que vai gerar emprego. Depois arrebatam o nosso meio ambiente. É isso que acontece, de fato, nessas obras. E foi assim com o Paulo Preto, o ladrão de jóia. Lembram do ladrão de jóia? Paulo Preto, presidente do Rodanel aí da DERSA, prometeu mil e uma coisa. Que nós íamos ter várias colunas subindo até em cima e não ia mexer no meio ambiente.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo Juscelino.

Senhor Juscelino Oliveira – Apeoesp

Detonaram mais de 300 nascentes só na estação, só no viaduto. É isso. Não dá para acreditar. Queremos tempo para discutir melhor as coisas, para entender melhor as coisas.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, Juscelino. Quem responde? A questão do emprego? Tá bom, então. Gostaria de chamar agora a senhora Aline Massari, do MDV.

Senhora Aline Massari – MDV

Boa noite a todos. Eu considero esse impacto muito significativo e eu acho que não vale a pena. Eu não

considero que esses empregos, centenas de empregos precarizados, sirva para levar embora o meio ambiente, a água que a gente vai beber, eu passo. Pode fazer em outro lugar, não estou querendo, não. A gente teve que engolir o Rodanel com a condição de que não iria induzir ocupação. Só que acabou facilitando o acesso para esses caminhões. E nos foi prometido que a área envoltória do Rodanel teria parques, teria áreas de preservação para compensar esse efeito de borda de indução à ocupação. Isso não aconteceu. Então, é a mesma questão retornando. É um progresso que nos é prometido, mas esse progresso é suicídio coletivo. E eu não quero, eu passo. Faz no Itaim Bibi. Agora, quanto à sucessão do tempo, vocês tiveram a licença prévia pela CETESB com as 20 condições. O que vocês apresentaram aqui hoje é a mesma coisa que foi apresentada em 2021 para a CETESB. Eu queria saber dos avanços em direção a essas 20 condições que falam da necessidade de se fazer estruturas de contenção para não assorear as nascentes. Tem estruturas de contenção que são de até 20 metros de altura e vão estar suportando um aterro e uma edificação onde vai existir transporte de caminhão e cargas e tudo mais. Tudo isso acontecendo no pudim de argila de um lugar de extração mineral. Eu acho que, eu quero ver se vocês estão realmente dando conta dessas 20 condições. Sobre a drenagem, a água de chuva que vai lavar esses telhados, toda essa fumaceira e todos os metais pesados, zinco, chumbo, cobre e os óleos e graxas do chão vão tudo escorrer para Billings. E no final a gente vai beber essa água e vocês também. Não sei que água vocês vão beber. Então eu queria saber, esses reservatórios de detenção, eles são condição da CETESB. Eles vão tratar essas gorduras? Como é que vocês vão fazer esse milagre? Porque eu estou achando que para vocês exercerem o direito de propriedade e fazer um empreendimento seria até mais economicamente viável fazer um empreendimento sustentável de turismo, lazer, preservação, restaurante maravilhoso com alimentos agroecológicos, produção de polpa de juçara para a gente comer. A gente paga, a gente tem dinheiro para passar um fim de semana ali comendo, curtindo a brisa da represa Billings.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde?

Senhora Aline Massari – MDV

Espera aí, eu não terminei.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde?

Senhora Aline Massari – MDV

Olha, outra questão. Hoje é o dia de ouvir o público. Referente ao coeficiente construtivo de 10%, eu gostaria de entender esse cálculo. Porque que eu saiba, ele é calculado na área loteável, não nas glebas inteiras. Porque um munícipe vai calcular dentro do seu lote, só que... tudo que era área de preservação, área com declividade superior a 30%, área pública a ser destinada para poder suprir essa demanda de infraestrutura via área de infraestrutura de saneamento, de área institucional...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo.

Senhora Aline Massari – MDV

...escola, tudo isso não é da gleba total. E aí vocês fazem um tipo de coisa que é uma transferência do direito de construir que não foi regulamentado pelo município. Então, vocês não poderiam usar esse instrumento. O instrumento de transferência do potencial construtivo precisaria ser regulamentado, a cidade delimitar, uma região que tenha

infraestrutura para receber esse potencial, mas esse potencial está sendo exercido num lugar que quem vai ter que dar infraestrutura é o município vizinho. E, além disso, é um lugar que, segundo a lei da Billings e o plano diretor, que nos protegem...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado Aline.

Senhora Aline Massari – MDV

Espera, hoje é dia de ouvir o público, que eu vou terminar.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado Aline.

Senhora Aline Massari – MDV

O plano diretor e a lei da Billings dizem que a função social dessa macrozona de preservação e recuperação e da subárea de conservação ambiental é para não ampliar o viário, é para reduzir a carga de poluente...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Aline, obrigado, querida.

Senhora Aline Massari – MDV

...a função é preservação. Então, vocês estão indo contra a função social da propriedade.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo. Obrigado. Quem responde?

Senhora Aline Massari – MDV

E olha, e eu solicito que seja feita...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Quem responde?

Senhora Aline Massari – MDV

...feita uma audiência pública que nos explique como estão sendo atendidas essas 20 condicionantes e, além disso, que ela seja intermunicipal, Ribeirão, Mauá e o conselho gestor do Pedroso.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Aline, Obrigado. Quem responde?

Senhor Diego Carneiro – Advogado REC

Eu acho que vale falar rapidamente só pelo processo de licenciamento ambiental. Eu sou advogado aqui, então vou dar a resposta de advogado, chata, mas é interessante para saber como é que acontece. Como o empreendimento afeta mais de um município, obrigatoriamente, o licenciamento ambiental é feito pela CETESB. É a norma, é a regra, então não pode ser pelo município, por um, por outro. Como afeta mais de um, ele, obrigatoriamente, tramita perante a CETESB. Então, a CETESB concedeu a licença de instalação, desculpa a licença prévia, a LP, mas, para o

empreendimento para frente, ainda existem duas licenças que são expedidas nesse procedimento, que é a licença de instalação e a licença de operação. Então, nesse processo que corre perante a CETESB, ela faz as condicionantes, você atende as condicionantes e, de uma série de formas, esse processo vai evoluindo, você vai atendendo as condicionantes e a CETESB vai dando as outras licenças conforme o processo vai evoluindo. Então, essas 20 condicionantes estão sendo tratadas no processo da CETESB, que é o órgão competente para fazer o licenciamento ambiental. Então, está sendo tratado lá. A audiência aqui, aqui a gente veio expor o EIV, que era o estudo de impacto de vizinhança. Então assim, na verdade, o objeto aqui hoje não seria discutir as condicionantes da CETESB, mas elas estão sendo tratadas na CETESB, o processo da CETESB, inclusive, é absolutamente público, qualquer um pode acessar, não tem o menor problema.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, doutor. Tréplica? Faça, doutor.

Senhor José Roberto Kuki – ARIS

Dá licença um instantinho. É que numa das condicionantes da CETESB, eles pedem também a opinião dos conselhos, não é só o tratamento da EIV, além da prefeitura também a participação e a opinião dos conselhos.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Kuki, o senhor João vai... senhor João, por favor.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Eu só queria fazer uma complementação. Eu vou pedir desculpa à dona Aline, porque eu não sei se eu que estou ficando meio surdo, mas eu não entendi uma boa parte do que a senhora falou. Se quiser, inclusive, pôr por escrito, a gente responde direitinho. Mas a senhora marcou a senhora falar, não, são os aspectos que foram expostos aqui, ou que estão sendo discutidos, são os mesmos que foram apresentados na CETESB. Isso é verdade. Porque realmente são os mesmos, não tem outros. A avaliação do impacto ambiental que é feita pela CETESB, que é apreciada pela CETESB, ela segue um termo de referência que é definido pela CETESB e que contempla impactos no entorno. Então, o que a gente faz aqui é um recorte. Eu não estou discutindo impacto sobre fauna, mas é um recorte que a gente faz. Isso tudo está contemplado no relatório ambiental preliminar que fundamentou o licenciamento na CETESB, que é disponível, é público, pode ser consultado. Então, os aspectos são esses. A parte de drenagem, eu posso dizer, todo o centro de distribuição, esse aspecto é super importante a ser levado em conta. E a CETESB tem um olhar todo especial para isso, porque ela sabe que é um potencial de impacto, de causar erosão no entorno. O empreendimento exige partes planas muito extensas. Então, exige movimentação de terra. Isso gera taludes, gera declives e isso tem que ser tratado adequadamente. Tem que ter a proteção de grama. A gente mostrou imagens de outros empreendimentos aqui, de outro empreendimento. As escadas hidráulicas para diminuir a energia da água e não provocar erosão. A chegada da água na parte plana. Isso a CETESB olha com todo cuidado. Tem uma área especializada em drenagem na CETESB, que analisa o projeto. E, dentro do processo de desenvolvimento de um projeto desse tipo, a gente teve uma licença prévia que aprovou uma concepção do empreendimento. Agora está sendo feito detalhamento...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo, senhor João.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

E o detalhamento do plano básico ambiental que estuda todos esses condicionantes que constam do

licenciamento. E isso vai ser submetido à CETESB já com planos mais detalhados, executivos, para que a CETESB possa aprovar ou não e dar, se aprovada, a licença de instalação. Então, é uma evolução que acontece nesse processo. Tem coisas que hoje a gente não tem pronto. A gente tem uma avaliação que foi feita, tanto no relatório que foi apresentado à CETESB, o relatório preliminar, como no EIV. Mas esse detalhamento é feito junto com o projeto.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, senhor João.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Fala inaudível

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Gostaria de chamar agora. Gostaria de chamar agora para sua fala a senhora Valdez, do Comdema.

Senhora Valdez – Comdema

Boa noite. Valdez, como já foi anunciada. Primeiro... É que eu vou precisar ler aqui depois, porque eu não enxergo. Primeiro, eu quero mostrar aqui minha indignação como integrante do Condema pela forma como essa discussão está sendo feita e como essa audiência foi convocada por vários aspectos, inclusive sobre a resposta insucinta e, a meu ver, incompleta ao nosso pedido de adiamento. Sobre a alegação de que foi tudo... a divulgação foi bem feita. Eu diria que foi tão perfeita que eu sugiro aos próximos candidatos nas eleições que façam esse mesmo modelo. Ela é muito completa. Ninguém bote uma faixa, ninguém faça panfleto, ninguém faça cartazes, ninguém faça vídeos promocionais pra... Adote esse mesmo modelo aqui de divulgação de audiência de Ribeirão Pires. Exatamente. Nenhuma matéria no jornal e nada. Da forma também, acho que o tempo que é colocado aqui para a população se manifestar. E acho estranho que, mesmo na ausência de pessoas da sociedade civil para colocar seu posicionamento a partir da mesa, que nem a comissão, que já foi dito aqui que não tem representante da sociedade civil também, nem a Câmara Técnica se pronunciou aqui, como a gente pôde observar. Então, como não há transparência e nem os ritos de audiência pública, no meu modo de entender, são feitos. Sobre essa questão do projeto em si, chega a ser, a gente que acompanha e mora na cidade há tanto tempo e vê que essa, a questão ambiental, o quanto ela é de fundamental importância e vista pela população, muitas vezes como uma forma de impedimento ao desenvolvimento, o quanto há, eu diria, uma certa chantagem, tratando a população como infantil ao falar da questão dos empregos. Além de serem empregos precários, como já foram falados, são poucos e nem sequer garantia para a cidade. Porque, até onde sei, é um projeto, uma empresa capitalista. E qual é a empresa que vai se portar? Há uma garantia da empresa que serão só pessoas da cidade as contratadas? Eu duvido. Aliás, isso há décadas vem pautando a cidade, se colocando, e a gente viu se proliferar galpões, inclusive do governo, eu diria que é o mesmo, que distribuiu galpões aí pela cidade e a gente nem sabe, muitos deles, até onde se sabe, estão vazios. Ou seja, se destruiu, se ocupou e sem retorno para a cidade em relação a isso. Então, outra coisa, sobre essa questão dos impactos. Me parece que está havendo divergência, entre o que foi apresentado aqui e o próprio EIV, de dizer que não vai quando se diz que vai ter um adensamento populacional e aqui diz, se colocou, que parece que não, que vai ser um negócio muito mais ameno. A gente não vê isso. Outra coisa aquela é uma região de conurbação, ou seja, do encontro das duas cidades. Eu estou querendo ver isso na prática de que não vai ser afetada a população de Ribeirão Pires por conta desta obra. Como isso vai se dar? Um certo milagre vai acontecer de que aquele fluxo de veículos não vai afetar aqui a cidade. E com relação a outros aspectos que a gente tem, acho que é um momento fundamental de a gente pensar esse tipo de empreendimento, porque, em nome do progresso, de que vai trazer emprego, vai trazer ISS, mas os custos...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo, Valderez.

Senhora Valderez – Condema

...mas os custos que isso vai representar do ponto de vista de perdas ambientais, sociais, sem que esse desenvolvimento venha de fato. Como eu disse, a décadas se vem com esse discurso. Então, primeiro lugar, a gente começar, eu apelo aqui somente aos conselheiros do Comdema que a gente discuta isso muito mais a fundo, que inclusive dando transparência para a população, porque ela tem esse direito de que haja audiência pública com os assuntos tratados, aprofundados, e o que esse tipo de obra representa para a cidade.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Valderez, obrigado.

Senhora Valderez – Comdema

Só para concluir, não dá para aquele velho princípio de que uns lucram e a cidade banca, porque é isso que tem acontecido. A cidade banca e a população pobre cada vez... que vai sofrendo, principalmente se acontecer essa coisa do adensamento, gentrificação, em que a população mais pobre vai sendo expulsa dos locais onde estão.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, Valderez. Tem a resposta? Valderez, faça sua pergunta diretamente de novo, por favor, querida.

Senhora Valderez – Comdema

Eu não tenho uma pergunta, eu já fiz as observações.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Ah, você vai fazer as observações.

Senhora Valderez – Comdema

Inclusive eu fiz essas observações e acho, vejo, primeiro, houve uma contradição aqui entre o EIV em relação às questões relativas à população, aos impactos e o que foi falado aqui, que praticamente não haverá impacto e não haverá impacto urbano. Como algum tipo de obra, não haverá impacto urbano lá, principalmente na população da região do Jardim Primavera.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tá bom. Obrigado, Valderez. Obrigado. Gostaria de chamar agora, para fazer a sua fala, o senhor Alaor Vieira. Alaor Vieira, da Facesp. Por favor.

Senhor Alaor Vieira – Facesp

Som... Boa noite. Boa noite a todas e todos. Boa noite à mesa. Antes mão, em face tudo que foi ponderado aqui e condicionado à mesa em questionamentos, me veio em mente agora um filme que eu assisti recentemente, até comentei com o Eupar Soares, que é o filme da Liga da Justiça de Zack Snyder. Quando o Batman vai abordar o Aquaman, onde, na conduta dele, todo o capital está acima do direito social, né? Aí ele chega lá, cinco mil dólares para mandar o recado. Ele fala assim, eu pago 25 mil para falar com esse cara agora. Ele fala assim, não conte com isso, Batman. Mas nas histórias em torno desse almanaque, dessas histórias da DC que envolvem o Batman, Ribeirão Pires

tem muito disso dentro da sua cultura de gestão pública. E não é de hoje. E quando a Valdez diz, a mesma do passado, sim, é a mesma que se conduz agora. Quando se fala que troca-se, mas as moscas, é o mesmo cenário. E das ponderações e reflexões que eu gostaria de puxar aqui, é que foi dito aqui, da gentrificação, e a gente aqui não ficou muito clarificado dentro do EIV, e muitos de nós aqui ponderamos sobre as questões dos impactos socioambientais e impactos ambientais que nós não discutimos previamente pelo nosso direito. E quando digo nós, extrapola o limite da nossa municipalidade. Porque eu vejo os impactos sociais em Mauá, e urbanísticos também. Em primeiro momento, o que a gente pode enxergar é Mauá sofrendo esse impacto. No tocante de gentrificação, não ficou clarificado com manchas, possíveis clusters, onde vai haver essa ocupação desenfreada dentro do perímetro. Então eu fiz uma análise, observando os territórios que eu rodo pelo estado de São Paulo, mexendo com saúde pública e coletiva. Embu da Artes. Vocês estão por lá, né? Eu vi o que aconteceu com Embu da Artes ali na região da Regis Bittencourt. Cajamar é o pior. Cajamar também estive lá por longos meses. Cajamar, assim, é o etéreo sofrimento. Das seis horas da manhã, você demora duas horas pra chegar em São Paulo, e três horas pra voltar pra sua residência. Então não é só o Primavera ali em Mauá. Todo o nosso entorno aqui, da entrada da cidade até a parte ali de Santo André, eu sinto que vai ter impacto urbanístico, impacto viário e urbano. E isso não vai ser um aplicativo que vai resolver, e aplicativo também não é emprego, é emprego pra aparelho de celular. O que teremos ali são subempregos, são contratos provisórios de desempenho e execução de obra, e, ademais, é fulfillment e logística, que eu lido com isso há 30 anos, e eu sei que isso não gera emprego, inclusive o meu vai ser substituído por inteligência artificial, ou seja, nem eu, que fui operador logístico, vou precisar mais. Coloca aí pra rodar, aquela coisa do demônio lá vai resolver tudo, e nós ficaremos só com ônus. Pra trazer pro nosso território Ribeirão Pires pra dizer que a gente não fica com nenhum ônus. Basta observarmos a região do Roncon, onde eu estive secretário daquela associação de bairro por longa data. Com os galpões que essa mesma gestão implementou naquele perímetro, toda manhã e tarde aquele lugar fica ilhado, não passa. Entala caminhão, não anda nada. Não precisamos ir muito longe. Onde em Ville Homero Thon, garagem da Joffa em Santo André, trabalhei, fiz controle de tráfego ali. Basta observar o perímetro ali. Eu acho que o ônus tá ficando pra sociedade civil, não só desse município. Acredito que todo o processo tá sendo tramitado de forma irregular e até ilegal, e penso que nós, enquanto instituições da sociedade civil, devemos adotar medidas, não necessariamente enérgicas, mas daquela forma que a gente já tem o praxis, né, despacharmos onde é devidamente correto pra que isso aqui seja reformulado. Da pergunta, minha pergunta é única, é onde vai ficar a tal da gentrificação pra eu comprar um lote? Porque a gente tem que aproveitar essa especulação imobiliária também, pra fazer a casa das primas, que é famoso empreendimento que vem com centro logístico. Em todos esses que eu mencionei, tem uma instalada. Onde vai ficar Itatinga, Viracopos de Ribeirão Pires e Mauá? Onde vai ser localizado esse empreendimento? Essa é a minha pergunta.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Alaor, o tempo, obrigado, querido. Então tá bom, não tem pergunta. Gostaria de chamar o senhor Alexandre Silva, munícipe, para fazer a sua explanação.

Senhor Alexandre Silva – Munícipe

Boa noite aos senhores e senhoras presentes, a mesa. Bom, eu gostaria de colocar, eu vou fazer colocações na qualidade de munícipe, de morador de Ribeirão Pires, e observador desse processo. Já dizia um grande pensador que o caminho para o inferno é pavimentado de boas intenções. O empreendimento em questão vai se localizar em Ribeirão Pires, na divisa com Mauá. A região do Sertãozinho. Quem anda pela região do Sertãozinho, caminha lá pelo condomínio Aciban, por todo o pólo petroquímico que existe ali, observa que tem indústrias relacionadas à produção de plástico, químicos, produtos... toda uma cadeia de produtos relacionado aos produtos da indústria petroquímica. Muito bem. O condomínio ele vai ter a saída para o Sertãozinho. Já de cara, observa-se que ele se propõe, um digamos

assim, um puxadinho do Sertãozinho. E lá temos regras de... É uma zona de indústria em Sertãozinho. Eu conheço, sou funcionário público em Mauá já há muitos anos. Trabalho lá, convivo, circulo lá naquela região. E os galpões estão sendo construídos para locação. Qual a garantia de que indústrias desse setor não ocupem esse galpão? Não tem garantia nenhuma. Vocês estão entrando no mercado, é um mercado de imóveis, de Sertãozinho, de Mauá. E, ao mesmo tempo, como puxadinho de Sertãozinho, ele vai ter que se colocar sobre as mesmas regras. Uma empresa não vai deixar um condomínio, um galpão no condomínio Aciban para abrir a empresa no condomínio em Ribeirão se tiver regras diferentes de instalação e de monitoramento ambiental. Então, nada garante que esse galpão, no futuro, não seja um... Que a gente não tenha uma produção contaminante, de produtos contaminantes. De repente, eu abro uma fábrica que produz produto de, de petroquímico, que vai contaminar o solo. Meu pai é um trabalhador aposentado da indústria química, aqui da região do ABC. Nós somos aqui da região do ABC. Morei muitos anos em Santo André. E o que acontece? Ele trabalhou ali, aposentou na Fontoura White, que tinha normas americanas ambientais para tratamento do esgoto, para tratamento dos resíduos da indústria farmacêutica. Quando a Fontoura White fechou, que é lá no pátio da Kolynos, eles tiveram que tirar cerca de meio metro, com todas as garantias de proteção, do esgoto, do meio ambiente, eles tiveram que tirar meio metro de camada de solo, porque ela estava toda contaminada com produtos químicos. Quer dizer, não existe nenhuma garantia, apesar de vocês estarem cumprindo as normas ambientais, e até com uma certa folga em alguns requisitos, que ele não seja uma... vamos dizer assim, que a gente não abra a porta para o inferno, de que a gente não contamine um ambiente que tem que ser preservado. Ribeirão Pires sempre se destacou por esse trabalho de preservação ambiental. É um trabalho de que todos participam, não só o município, mas os habitantes também do município. A gente pode pagar algum preço por isso, mas é um preço que a gente quer pagar. A gente não quer contaminar o solo do ambiente, do nosso município, o município que eu adotei, que eu moro aqui há cerca de três anos. Então, com essas garantias, vocês vão ter cláusulas nos contratos de locação para garantir que uma indústria química não loque o galpão de vocês.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tempo

Senhor Alexandre Silva – Munícipe

Vocês vão se responsabilizar, contratos de 20, 30 anos, se responsabilizando pelo meio ambiente? A Ford? A Ford saiu do Brasil. E todo o resíduo que ela provocou na região do ABC, o córrego dos meninos, lá perto de onde eu me criei, na Vila Palmares. O meu pai bebia água naquele córrego. Quer dizer, hoje nós estamos em um momento em que todos nós temos que participar. É um momento de inflexão. O mundo... assim, eu nunca ouvi falar que dentro de...

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Alexandre, obrigado.

Senhor Alexandre Silva – Munícipe

Está ok, só vou terminar. Vocês estiveram todo o tempo, como a gente está num exercício democrático, eu vou terminar a minha fala. É um momento de inflexão ambiental. Quanto tempo a gente vai aguentar? Então assim, eu peço a todos aqui que coloquem a mão na consciência. Nós temos que lutar, porque isso vai ter um custo alto para os nossos filhos. Já está tendo para nós, e vai ter para os nossos filhos. Então, vamos colocar a mão na consciência. E assim, é algo que, no futuro, pode ser muito prejudicial para nós.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, senhor Alexandre. Muito obrigado.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Alexandre, eu queria dizer o seguinte, primeiro o empreendimento, vocês viram, tem uma gestão. Então, qualquer empresa que vá alocar esse empreendimento, ela tem que estar devidamente regularizada. Caso haja interesse de alguma indústria, existe uma classificação de indústrias em função do potencial de poluição que é estabelecido pela legislação estadual, e que a CETESB observa isso rigorosamente. A instalação de uma indústria numa área de proteção de mananciais e, principalmente, numa zona de conservação ambiental, como é o caso dessa área, ela é extremamente restritiva. Eu posso te assegurar que, em nenhuma hipótese, vai existir a implantação de uma empresa que isso está na apresentação, está nos estudos, e é reprodução do que está na legislação. Que vai ter indústrias que trabalhem com produtos químicos, com produtos tóxicos ou inflamáveis. Essa hipótese não existe. Por dois motivos. Primeiro, a regra do empreendimento não permite. Segundo, a CETESB não licenciaria uma empresa desse tipo nessa localização. Então, quanto a isso, você tem toda a razão de ter a preocupação. Se o empreendimento fosse um parcelamento do solo, onde fosse vender lotes, e aí eu perco o controle de quem vai edificar esses lotes, e, de repente, pode entrar uma empresa irregular, irregularmente, construir como tem aos montes, aí eu teria esse risco. É um empreendimento controlado, gerenciado por uma empresa, e que vai exigir as devidas licenças e autorizações para qualquer coisa que se instale ali dentro. Inclusive estocagem. Também não é permitida a estocagem de produtos químicos, produtos perigosos. Então, por isso que eu falei na minha apresentação inicial, é um empreendimento adequado pra essa localização que está dentro de uma área de conservação ambiental. Porque ele permite um uso econômico sem gerar riscos ambientais para a área e para o que se quer proteger, que é o manancial de abastecimento da represa Billings. Só fazer um parêntese em relação à remoção do solo que foi mencionado. Isso ocorre em toda a área industrializada, quase que 100% dos casos de empresas antigas, porque mesmo a legislação do Estado de São Paulo de controle policial de 74, desculpe, 1976, vocês vão ver que o capítulo de resíduos sólidos são três artigos, de água são páginas e páginas, de ar são páginas e páginas, de solo são três artigos. Ninguém cuidava disso no passado. O pessoal enterrava resíduos no fundo da empresa. Hoje isso não existe mais. O licenciamento e a fiscalização que são feitos pela CETESB asseguram que essa prática não existe mais. Existem empreendimentos irregulares. O que não casa com o caso nosso aqui.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, Sr. João. Gostaria de agradecer a todos pela fala de todos. Muito obrigado. Eu tenho aqui algumas perguntas que eu vou ler para a empresa estar respondendo. Da senhorita Raquel Varela, do MDV. Os caminhões entrarão e sairão pela Acácias, rua Acácias, Jardim Primavera. As famílias que residem ali não serão afetadas pelos caminhões? Haverá aumento de qualidade de vida da área com centenas de caminhões transitando? Poderia responder, por favor? Quem responderia?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Nós temos dois aspectos aí a considerar, o primeiro deles é o volume de tráfego, isso foi estudado, os profissionais que estão até presentes aqui, e consta tanto do relatório ambiental preliminar que foi estudado e apresentado pela CETESB, como no estudo de impacto de vizinhança, que a capacidade das vias existentes, elas são suficientes para absorver a demanda que o empreendimento vai gerar. São exigidas melhorias. A própria CETESB exigiu algumas melhorias em sinalização, provavelmente limitadores de velocidade e tal, para que isso flua da melhor forma possível. O segundo aspecto diz respeito às emissões veiculares e ruído. E a escolha do viário que foi definida levava em conta justamente isso. Eu evito essas emissões dentro de zonas residenciais. Eu estou em uma zona industrial, onde o nível de tolerância é maior. E há uma fiscalização, há um controle dos veículos que acessam o empreendimento, visual que seja, para que os veículos não entrem emitindo fumaça preta ou não trafeguem com nível

de ruído elevados. Existem normas para isso, do PROCONVE, nas resoluções do CONAMA, do Conselho Nacional de Meio Ambiente, e isso tem que ser observado. A gente tem que considerar que as frotas que operam em centros de distribuição geralmente são veículos novos e que atendem essas limitações que são estabelecidas pela legislação ambiental em nível nacional. Eu não tenho mais aqueles caminhões caindo aos pedaços, emitindo fumaça preta. É só verificar o que acontece em outros centros de distribuição que tem em torno da região metropolitana.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Obrigado, Sr. João. Outra pergunta. A licença prévia foi obtida através de um RAP, ou Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, completo. Por que o RAP foi considerado inconstitucional? Santo André, inclusive, recomendou uma EIA/RIMA para o empreendedor. Vai ser feito?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Em primeiro lugar, o RAP não foi considerado inconstitucional, não sei quem que obteve essa informação, mas ela não é verídica, tanto que a CETESB, que é um órgão estadual aplica isso diariamente. Está dentro das normas, está publicado no site da CETESB, tem todos os procedimentos de obtenção e licenciamento com base no RAP. Ele é uma modalidade de avaliação de impacto ambiental por uma coincidência. Ele foi implantado quando eu dirigi a área de impacto ambiental na Secretaria do Meio Ambiente, porque essa área surgiu na Secretaria do Meio Ambiente. E justamente porque, na época, só tinha o EIA /RIMA e nós tínhamos lá 200 EIA/RIMAS para serem analisados com uma equipe de 15 pessoas e absolutamente desnecessários. O escopo do EIA/RIMA, o conteúdo de um EIA/RIMA, ele é extremamente complexo, são documentos de 200, 300, 500 páginas e eu não posso aplicar um estudo desse para um empreendimento de pequeno porte que está listado na resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente para ser feita uma avaliação de impacto ambiental e pedir um EIA/RIMA. Então, se criou esse instrumento RAP, Relatório Ambiental Preliminar, que seria uma simplificação do EIA, mas, infelizmente, as empresas de consultoria transformaram o RAP num EIA. Se vocês olharem o conteúdo, não tem nenhuma diferença de um EIA. Então, o estudo é bastante complexo, bastante abrangente, levanta um monte de informações que são desnecessárias, que não são objetivas numa avaliação de impacto efetivamente, mas a CETESB tem um corpo técnico muito qualificado e que sabe discernir aquilo que ela tem que apertar mais, que ela tem que exigir mais e maior detalhamento e acaba resultando numa licença como a que vocês, os senhores, têm em mãos aí, com 20 e tantos condicionantes para que esse tipo de empreendimento possa se viabilizar. Como eu disse, esses condicionantes, cada um deles se desdobra num plano ambiental, que é a etapa que está sendo desenvolvida. Cada condicionante gera um plano ambiental com todo o procedimento, cronograma de implantação, controles, monitoramento. Então, esse é o procedimento que nós temos. É um processo bastante evoluído. Poucos países no mundo, eu diria, têm um sistema de licenciamento com essa complexidade. E é o que nós temos. Lógico, tem os aperfeiçoamentos. Eu vi aqui uma série de críticas à forma como essa audiência foi organizada. Eu acho que isso tem que ser debatido mesmo, se a sociedade não está satisfeita. Eu já participei de dezenas de audiências no Estado, em situações muito mais complicadas, empreendimentos impactantes de verdade. Mas, infelizmente, a nossa sociedade exige isso. A gente não pode ficar amarrado a só focar na preservação ambiental, absoluta, sem fazer mais nada. Porque nós somos poluidores, cada um de nós, gera poluição, gera resíduo em casa, gera esgoto, gera emissão veicular para se movimentar. Então, o que a gente tem que buscar é um equilíbrio. E esse equilíbrio depende da opinião de todos. Não só dos técnicos que atuam nessa área, nos órgãos de controle, como da sociedade. Eu reputo o Conselho de Meio Ambiente uma instância extremamente importante. Normalmente ela é meio politizada, por conta partidária dos municípios, mas é uma instância importante de debate e de evolução, inclusive de normas, que vão regulamentar como essas coisas se desenvolvem. E eu acho que esse é um processo democrático. Se vocês tiveram a oportunidade de vir aqui e reclamar, falar, levar questões, a gente vai absorver isso e vai procurar, nesses planos ambientais, melhorar algum aspecto do empreendimento, melhorar algum monitoramento que tem que

ser feito. Esse é o objetivo.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Tem mais uma pergunta, senhor João. O empreendimento faz utilização de uma reserva ambiental. Sob qual figura jurídica o empreendimento vai conseguir utilizar/atravessar esta área?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

É outro equívoco, da Dona Raquel, o empreendimento não interfere em nenhuma reserva ambiental. O Parque do Pedroso, que é em Santo André, está a dois quilômetros e meio de distância....

Fala indistinta de Participante

A zona de amortecimento é de 3 km.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

E qual é o impacto que nós conseguiríamos causar a três quilômetros de distância?

Falas inaudíveis dos participantes.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Desculpa.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Por favor, senhores. Senhor João, responda a pergunta, por favor.

Falas inaudíveis dos participantes.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Por favor.

Senhor João Rodrigues – Representante REC

A resposta é que nós não interferimos em unidades de conservação, ou reserva, ou qualquer outro tipo. A restrição ambiental que existe é da lei de mananciais, que é bastante restritiva e isso está sendo observado, como a gente demonstrou aqui.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

O empreendimento se encontra em SCA da Billings. A lei determina que empreendimentos nesta área não podem criar pressão demográfica. Como então aumentará o fluxo nos comércios locais?

Senhor João Rodrigues – Representante REC

Posso falar da pressão demográfica. O fato da gleba, ela tá muito isolada, ela só é aberta para face norte, porque ela tem rodoanel, a rodovia de acesso a João XXIII, e a ferrovia do outro lado. Isso cria uma limitação natural, desculpe, não é natural, é artificial, a qualquer expansão urbana nesse sentido. Então, o que eu tenho é a área urbana de Mauá. Essa está sobre a área de influência do empreendimento, e é o que já foi estudado em termos de acesso. Aí temos toda a região aqui do entorno, em termos de possibilidade de mão de obra, de desenvolvimento de comércio local e temos a questão tributária que está sendo tratada para ser direcionada a Ribeirão Pires, e que vai trazer um benefício

para a cidade. Então, isso é o que eu poderia falar. Aqui tem a pergunta do comércio. Eu acredito que os salários que vão ser gerados nesse empreendimento, eles vão ser destinados a locais onde as pessoas moram. Então, isso reverte, é o que gira a economia. Fora os impostos recolhidos. Cada um de nós faz a sua compra no supermercado da esquina, na farmácia. Então, isso é o que movimenta a sociedade do ponto de vista econômico. Essa é a minha opinião, não é o estudo que diz isso.

Senhor Gerson Goulart – Mediador

Sr. João, muito obrigado pelas respostas. Soares, uma questão, por favor, me esclareça aqui. Você me entregou um documento para repassar para a empresa, mas eu precisava que os representantes do MDV e do Apeoesp assinassem o documento, tudo bem? Está bom? Você passa para o pessoal assinar para mim, por favor, pra reconhecer. Bom, nós já estamos no limite da nossa audiência pública. Gostaria de agradecer a presença da empresa. Muito obrigado pela presença e pelos seus esclarecimentos. Está ok? Gostaria de agradecer também ao Álvaro, à doutora. Muito obrigado, doutora. Ao representante da OAB, muito obrigado. A todos os presentes, muito obrigado pela presença de vocês. E concluímos aqui exatamente às oito horas e cinco minutos (20h05) essa audiência pública sobre a questão da empresa, o projeto de construção de empreendimentos logístico e comercial. Muito obrigado a todos, uma boa noite, vão com Deus. Está ok? Muito obrigado.